

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO N.º , DE 2007
(Do Sr. Deputado Ribamar Alves)

Requer que seja convidado representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Departamento de Museus e Centros Culturais), para realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA com o intuito de debatermos a inserção da Política Nacional de Museus no Plano Nacional da Cultura.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência que seja convidado representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sr Jose do Nascimento Junior Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais), para realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA com o intuito de debatermos a inserção da Política Nacional de Museus no Plano Nacional da Cultura.

JUSTIFICATIVA

O campo museológico sofreu amplo crescimento nas últimas décadas, principalmente em resposta à demanda da sociedade.

Atualmente estima-se que haja mais 2200 museus em todo o país (75% são museus públicos), distribuídos em 21% dos municípios brasileiros, concentrados em sua maioria nas grandes cidades, segundos dados do IBGE e do Cadastro Nacional de Museus. Deve-se ressaltar, ainda, que estão sob a guarda dos museus mais de 20 milhões de itens, representativos do nosso patrimônio cultural brasileiro. Esse é um dos grandes desafios das políticas públicas de cultura voltadas para o setor museológico, ou seja, equacionar demandas do

setor, promovendo a gestão integrada dos museus e fomentando a sua criação em cidades onde eles não existem.

Ademais, os museus representam uma grande força na geração de emprego e renda, pois se estima que geram em torno de 10 mil empregos diretos. A multiplicação dos museus em número e em tipologia vem expressar o papel central que conquistaram no panorama cultural do mundo contemporâneo. Não se pode esquecer que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade, ela implicou uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

Em breve consideração histórica, faz-se mister destacar que o século XX foi para o Brasil o século dos museus. Para corroborar essa afirmação, basta lembrar que no final do século XIX o número de museus no Brasil não chegava à casa das duas dezenas e que no final do século XX esse número se aproximaria da casa dos dois milhares.

A demanda social crescente por serviços museológicos exige do Estado uma nova postura na condução das políticas públicas de cultura voltadas para o setor museológico. Desta forma, a partir do ano de 2003, uma das primeiras ações do Ministério da Cultura foi propor linhas programáticas para uma política nacional voltada para o setor museológico brasileiro. Após amplo debate com a comunidade museológica, o Ministério da Cultura lançou, no mês de maio de 2003, a **Política Nacional de Museus**, apresentando os objetivos e as diretrizes para o setor em todo o país, envolvendo tanto os museus de todas as esferas públicas quanto os museus do setor privado.

O objetivo da Política Nacional de Museus, disposto no documento de sua criação, é “promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país”.

Desta forma, neste momento em que se discute a implantação do Plano Nacional de Cultura – PNC, conforme prescreve a Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, faz-se mister debater a inclusão da Política Nacional de Museus e seus desdobramentos no âmbito do PNC e do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O PNC, embasado no SNC, é um exemplo de inclusão social por meio da cultura. Por um lado, permite aos diversos grupos sociais participarem das discussões das políticas públicas de cultura a serem implantadas pelo Estado e, por outro, propicia a integração cultural do país, ao envolver todos os entes da federação no SNC e no processo de construção das diretrizes do governo nas ações voltadas para o setor cultural. A Política Nacional de Museus, cuja gênese reveste-se em um exemplo de inclusão social por meio da cultura, é um importante elemento do PNC, motivo pelo qual seu papel junto ao Sistema Nacional de Cultura precisa ser amplamente debatido.

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

Ribamar Alves
Deputado Federal - PSB/MA